

# Desatravancar a economia

Tudo indica que a economia brasileira cresce perto de 4% neste ano e provavelmente um pouco mais nos próximos dois anos. Há duas leituras para esse fato, uma positiva outra negativa.

A primeira olha para o passado recente. A última vez em que o País cresceu mais de 4% foi em 1995. Houve retrocesso e estagnação em 1998 e 1999, de modo que voltar a um ritmo de crescimento razoável é uma boa notícia.

A coisa muda quando se olha para o mundo em volta e para o futuro. As duas maiores economias – Estados Unidos e União Europeia – se expandem vigorosamente e isso abre oportunidades para o mundo todo, em especial para os países emergentes. Ampliam-se os mercados dos países ricos, o que confere dinamismo às exportações dos emergentes, e há mais disponibilidade de capitais para novos investimentos. Enfim, um ambiente de prosperidade que não é atrapalhado nem pela estagnação do Japão.

México, China e Coréia do Sul estão entre os que aproveitam bem essa oportunidade. Exibem taxas de crescimento duas vezes superiores à brasileira. Comparam-se os países e se verifica que o Brasil poderia estar crescendo no mesmo ritmo. Por que não consegue?

O economista Edmar Bacha, um dos articu-

ladores do Plano Real, hoje no Banco BBA, ofereceu uma sugestiva resposta em entrevista publicada pelo **Estado** no último domingo. É preciso, diz ele, reduzir o custo de fazer negócios no Brasil ou “desatravancar” a economia para que ela possa “realizar seu potencial de expansão”. Bacha mede esse potencial. Para ele, o Brasil pode crescer 8% ao ano por um longo período.

Como chegar lá? Com três reformas – tributária, previdenciária e trabalhista – e mais privatizações, diz o economista. E aqui a esperança se transforma em desânimo. Reformas constitucionais de novo?

Os temas estão entre os mais polêmicos do cenário político-econômico: impostos, aposentadorias e empregos. A maioria necessária para a aprovação dessas reformas é de três quintos dos votos na Câmara e no Senado. A convicção político-ideológica da base governista está assentada em areia movediça. O ano é eleitoral. E ainda estão frescas na memória as penosas e, digamos, pouco exemplares negociações para a votação das reformas anteriores, já consideradas insuficientes.



Como diz o próprio Bacha, compreende-se o “desespero do presidente Fernando Henrique com esse assunto” e entende-se sua vontade de dar por encerradas as reformas de três quintos e tratar de maximizar o que tem à mão. De fato, diversos membros do governo têm festejado esse crescimento de 4% e a possibilidade de se alcançar 5% no último ano do mandato.

Ficamos, portanto, com essa expansão que Bacha define como “tímida”?

É provável que isso seja o melhor que se pode esperar nos próximos dois anos e meio. Nesse período, há apenas um ano útil para o Congresso, 2001, já que este vai por conta das eleições municipais e 2002, das eleições presidencial e de governadores. Não é tempo suficiente para a votação de reformas tão polêmicas.

Mas pode ser um período suficiente para se consolidar na sociedade a consciência da necessidade de novas reformas. Por ora, o País vai curtir a volta do crescimento. Com o tempo, porém, a sociedade vai se dar conta de que o ajuste fiscal e a estabilidade da moeda – a grande mudança que

garante a retomada atual – não bastam para uma maior aceleração.

Dito de outro modo: superados dois imensos obstáculos macroeconômicos – o déficit público e a inflação –, o País volta a crescer, mas logo esbarra na realidade microeconômica. As empresas e as pessoas perceberão claramente a insensatez do sistema tributário, as dificuldades que a legislação trabalhista impõe ao emprego formal e o alto custo da Previdência. Isso tudo estava escondido atrás dos grandes obstáculos.

**O Brasil poderia crescer 8% ao ano durante um longo período**

Superados estes, as pessoas e as empresas vão verificar como é custoso fazer negócios e obter bons empregos no dia-a-dia. Vão querer mais crescimento e assim, esperamos nós, surgirá a pressão pelas reformas no nível micro.

Esperança vâ?

Talvez. Mas o Brasil, em relação aos demais países emergentes, também se atrasou no combate à inflação. Em certo momento, parecia mesmo que não conseguiria dar esse passo. Pois deu. Pode acontecer outra vez.